

GÊNERO E MIGRAÇÃO EM SÃO CARLOS-SP: A REPRESENTAÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS PELA MULHER MIGRANTE SEGUNDO O CONTEXTO SOCIOCULTURAL E FAMILIAR

Resultado da investigação finalizado
GT09– Estrutura social, dinâmica populacional e da migração

Paulo Eduardo Angelin¹
Oswaldo Mário Serra Truzzi²

Resumo

Revisto

O objetivo foi o de compreender as trajetórias de vida e os papéis sociais representados na sociedade e nos processos migratórios, por mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, residentes no bairro Cidade Aracy, São Carlos-SP, considerando sempre a origem, a cultura regional, a condição socioeconômica e o arranjo familiar. Realizaram-se pesquisas bibliográficas e entrevistas com 33 mulheres migrantes. A pesquisa revela que as mulheres migrantes, segundo o contexto sociocultural e familiar, desempenham papéis sociais diferentes. A família influencia na representação desses papéis sociais, mas outros fatores como a origem, a cultura regional, a condição socioeconômica, contribuem, ao ponto das mulheres provenientes de um mesmo arranjo familiar atuarem de modos diferentes na sociedade em geral e no processo migratório.

Palavras-chave: Gênero, Migração, Papéis Sociais.

1 Introdução

As pesquisas mais recentes sobre migração têm revelado o aumento da importância das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos. Elas têm sido articuladoras e mobilizadoras de redes sociais na migração, especialmente de redes de parentesco e, muitas vezes, são as pioneiras no movimento migratório familiar (Sertório & Santos, 2010). Além disso, elas vêm mostrando que as mulheres migrantes também elaboram mentalmente e vivem emocionalmente seu trajeto migratório ao reconstruir as imagens de sua vida. Neste processo de reconstrução, surge o sentimento que, simbolicamente, traz à tona a saudade e a dor de uma vida deixada para trás, de amigos e parentes que ficaram na terra natal. Geralmente, a motivação de trabalho, de uma vida melhor, com acesso a bens e recursos, apoiada pelos laços parentais e fraternos, é a origem do querer partir das migrantes. Sabe-se ainda que muitas mulheres que migram sozinhas ou acompanhadas possuem uma vida árdua, em razão de dificuldades de moradia, condições econômicas precárias, tristezas, descontentamentos conjugais e incertezas. Mas, ao mesmo tempo, possuem muita coragem de enfrentar o cotidiano e deixar para trás suas memórias de mulheres do interior, recriando esperanças e acreditando que tudo pode melhorar no novo local (Tossin&Santín, 2007).

¹Doutor em Sociologia, docente na Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

²Doutor em Ciências Sociais, docente na Universidade Federal de São Carlos.

Mas esta visão nem sempre foi assim. Nos estudos clássicos sobre migração, a questão de gênero não era problematizada e a mulher quase não era notada ou, se era, era sempre compreendida a partir de um papel subordinado e nunca como sujeito ativo da migração. Por isso, as pesquisas mais recentes, cientes de que os estudos clássicos, baseados na teoria *push-pull*, não são mais suficientes para explicar os processos migratórios, passaram a incorporar em suas análises os estudos de redes sociais e voltaram suas atenções para outras categorias, como a de gênero. A migração passa a ser compreendida não apenas como resultado de uma escolha racional, mas também como estratégia familiar, na qual homens e mulheres estão inseridos, contribuindo para os rearranjos das relações familiares e de gênero.

Ainda assim, é importante fazer duas ponderações. A primeira delas consiste no fato de que boa parte dos estudos recentes sobre migração, que incorporaram a categoria gênero em suas análises, refere-se à migração internacional. Uma segunda colocação consiste no fato de que há ainda muitos temas sobre as mulheres migrantes que continuam sem respostas, pois, ou ainda não são objetos de estudos das pesquisas sobre migração, ou não foram estudados a fundo diante de sua complexidade. Um destes temas, que é objeto de estudo desta pesquisa, consiste no papel social designado e desempenhado pelas mulheres migrantes no processo migratório e na sociedade em geral, a partir da sua origem, condição socioeconômica e status dentro do contexto familiar. Não há percepção de como essas mulheres migrantes são representadas no âmbito de suas famílias.

Partimos do pressuposto de que a família é a instituição primeira que ensina o indivíduo a agir de acordo com determinadas regras sociais e culturais. É onde se formaliza o processo de socialização dos indivíduos, por meio da imposição de uma série de normas, regras e valores. É na família que se torna possível internalizar as relações de gênero, construir identidades e, especialmente naquelas de origem pobre, constituídas sob um núcleo patriarcal, reproduzir desigualdades sociais e relações de poder entre homens e mulheres. De acordo com Arruda (2000), também é na comunidade familiar que se revela a forma mais pura da relação de natureza afetiva. É nas relações familiares que os vínculos são estabelecidos desde a origem, permitindo a formação de elos de caráter recíproco e possibilitando relações comuns, como desejos, hábitos, lembranças de pessoas íntimas, mas também criando relações desiguais entre os sexos, baseadas em modelos socioculturais e sistemas de valores específicos. Por tudo isso, entendemos que é a partir de sua posição na comunidade familiar que a mulher projeta e desempenha determinados papéis sociais no âmbito da sociedade em geral e, especificamente, nos processos migratórios.

Por sua vez, também é importante levar em consideração fatores externos, como a origem geográfica, social e cultural dessas famílias e de seus integrantes. Conhecer a região, o modo de vida, a situação socioeconômica, as tradições, a relação de gênero no seio familiar das mulheres pesquisadas, são fatores importantes para a compreensão e diferenciação das trajetórias de vidas e dos papéis sociais entre mulheres migrantes paranaenses e nordestinas. Por isso, se os arranjos familiares influenciam diretamente nas trajetórias de vida e nos papéis sociais, eles também podem ser influenciados por fatores externos, resultando numa distinção de papéis entre um mesmo modelo de organização familiar, mas com origens diferentes. O que pretendemos afirmar é que famílias estruturadas sob um modelo organizacional (conjugal nuclear, por exemplo), mas que possuem origens diferentes, em razão da condição geográfica, social, cultural, etc., (como as famílias de paranaenses e as de nordestinos), podem atribuir papéis diferentes para os seus integrantes no âmbito da sociedade e no processo migratório.

É a partir desse entendimento que foi delimitado o nosso problema de pesquisa e busquemos, com a realização deste estudo, responder as seguintes questões: quais são os papéis sociais assumidos e desempenhados pelas mulheres migrantes no âmbito da sociedade e, especificamente, nos processos migratórios? Será que mulheres migrantes, que vivenciam contextos socioculturais e arranjos familiares específicos, assumem e representam papéis diferentes no âmbito da sociedade em geral e nos processos migratórios? Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa foi o de compreender as trajetórias das famílias migrantes e, sobretudo, as trajetórias de vida e os papéis sociais atribuídos e desempenhados

no âmbito da sociedade e, especificamente, nos processos migratórios, por mulheres migrantes paranaenses e nordestinas, residentes em um bairro da cidade de São Carlos, denominado Cidade Aracy, considerando sempre a origem, a condição socioeconômica e o arranjo familiar. O que defendemos neste estudo é que as mulheres migrantes em questão, de acordo com o contexto sociocultural que vivenciam no âmbito de suas famílias, desempenham papéis sociais específicos, tanto no âmbito da sociedade, quanto no processo migratório do qual fazem parte.

Cabe, neste momento, justificar a escolha das participantes e do bairro Cidade Aracy como campo de investigação. O Cidade Aracy é um bairro periférico da cidade de São Carlos-SP que recebeu e continua recebendo milhares de famílias migrantes oriundas de muitos estados e regiões do Brasil, mas, principalmente, do estado do Paraná e da região Nordeste. Lá, vivem inúmeras famílias que, através das redes sociais de migração, saíram de seus locais de origem e migraram para São Carlos pelas mais diversas razões possíveis e, principalmente, em busca de emprego e melhores condições de vida. É um bairro bastante estigmatizado, por ser considerado perigoso e concentrar boa parte da população pobre da cidade. Também é onde se concentra a maior parte das famílias migrantes pobres que vivem em São Carlos. Isso porque, quando surgiu, seus lotes foram doados ou vendidos a preços baixos, com ótimas condições de pagamento.

Assim como outros grupos de migrantes, paranaenses e nordestinos viram em São Carlos a possibilidade de emprego e melhores condições e qualidade de vida e, a partir do incentivo das redes de parentesco, instalaram-se no Cidade Aracy. Inseridas, então, nesta população migrante, encontramos as mulheres paranaenses e nordestinas. Muitas delas migraram com a família, a partir de uma decisão em conjunto com o marido ou outros membros familiares; outras migraram apenas para acompanhar o marido; outras ainda se deslocaram sozinhas ou com os filhos; mas quase sempre a partir de influência e do apoio de redes migratórias, especialmente, de redes de parentesco. Atualmente, assumem e representam papéis sociais a todo instante, fortemente influenciadas pelos arranjos e contextos familiares em que vivem.

Para a efetivação deste estudo, foram realizados diálogos com autores que discutem as temáticas da migração, seja ela internacional ou mesmo nacional. Dialogamos ainda com autores que utilizam em suas análises, sobre o fenômeno da migração, a perspectiva de redes sociais, abordando conceitos como redes migratórias e, especialmente, redes de parentesco. Trabalhamos também com teóricos que retratam a questão de gênero, a dominação masculina e a divisão sexual do trabalho, bem como com autores que abordam a noção de arranjos familiares e outros que analisam a condição feminina no processo histórico do Brasil. Finalmente, dialogamos com autores e com a literatura que retratam a participação da mulher nos fluxos migratórios e na articulação e mobilização das redes de parentesco.

De acordo com Minayo (1999), o campo de uma pesquisa é constituído pelo recorte espacial em que tal pesquisa ocorre. É a abrangência empírica do recorteteórico que corresponde ao objeto de investigação. Assim, o campo de investigação desta pesquisa foi justamente o bairro Cidade Aracy, localizado na periferia da cidade de São Carlos, repleto de moradores de origem migrante. Além disso, vale ressaltar que os sujeitos de pesquisas são formados por mulheres provenientes de famílias migrantes paranaenses e nordestinas. Sendo assim, através da pesquisa qualitativa, realizamos entrevistas com 33 mulheres migrantes, empregando um roteiro de entrevista individual e semiestruturado, que foi construído à medida que avançava a pesquisa bibliográfica e a fundamentação teórica.

2A Mulher nos estudos migratórios

De acordo com Rodrigues, Strey e Spinosa (2009), os movimentos populacionais são intrínsecos à história da humanidade. No entanto, como os estudos e as pesquisas históricas costumavam ser orientadas por valores tradicionais e patriarcais, a migração quase sempre foi contemplada como uma

questão masculina, sendo ocultada a presença feminina nos fluxos migratórios. A omissão da categoria gênero nos estudos migratórios reflete a história do domínio do sexo masculino sobre o feminino, que insistentemente prescreve a trajetória dos homens como sendo a norma. Aponta Lisboa (2007) que as estatísticas sobre o aumento crescente e a motivação das mulheres nos fluxos migratórios historicamente foram negligenciadas pelos estudos sobre migração, bem como a mobilidade interna e externa delas, que emigram de seus locais de origem buscando melhores condições de vida ou fugindo de diferentes práticas de opressão e exploração.

Embora a literatura mais tradicional sobre migração não tenha dado a devida atenção às mulheres como sujeitos históricos que participam dos processos migratórios, é certo que há muito tempo elas migram. Por volta de 1930, as mulheres compunham significativamente a massa de imigrantes para os Estados Unidos e em 1979 elas passaram a somar mais de um milhão de todos os imigrantes nesse país. Já nesta época, os Estados Unidos consistiam no lugar de destino da maioria das mulheres imigrantes oriundas de vários países, inclusive do Brasil e ainda hoje o país norte-americano continua atraindo muitas mulheres migrantes, que emigram de seus países de origem, muitas vezes sozinhas, por intermédio de redes migratórias, com a intenção de melhorar de vida no novo local de destino.

Assis (2000) afirma que a participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais vem aumentando vertiginosamente. De acordo com ela, isso ocorre porque a emigração de brasileiros para o exterior tornou-se mais constante já que países como Japão, Canadá e, sobretudo os EUA, passaram a atrair milhares de imigrantes em busca de uma vida melhor. Se até meados do século XX o Brasil atraía milhares de imigrantes, a partir de 1950 os fluxos migratórios se inverteram a ponto de os brasileiros ingressarem nos fluxos migratórios internacionais. Esses novos fluxos da população brasileira inseriram o Brasil nos novos fluxos internacionais de mão de obra. A característica mais marcante desses novos movimentos da população consiste na diversidade étnica, de classe e, sobretudo, de gênero, representada pelo aumento da participação das mulheres nos mesmos. Assis (2000) chama a atenção para a importância de se estudar as mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos, revelando que elas atuam como sujeitas ativas, sendo delas, em muitas ocasiões, a decisão de partir.

Bilac (1995), ao analisar o crescimento da participação feminina nas migrações internacionais, utiliza a expressão “feminização” dos fluxos migratórios. Afirma que essa feminização da migração está intimamente relacionada com as novas formas de produzir, ou seja, com o novo momento da acumulação capitalista emergente da crise dos anos 70. Apesar do crescimento da participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais, quando chegam ao local de destino, muitas delas têm sido inseridas num mercado de trabalho sexualmente segregado, realizando trabalhos mal remunerados, com altíssima jornada de trabalho, muitas vezes em situações de precariedade e insalubridade. Entretanto, até certo tempo atrás, a migração feminina não era retratada nos estudos clássicos sobre migração, tornando as mulheres migrantes invisíveis e ocultas à sombra dos homens. Os fluxos migratórios, portanto, a partir desses estudos, eram essencialmente masculinos.

A invisibilidade das mulheres nas pesquisas sobre migrações não se restringe apenas ao seu ocultamento nesse fenômeno, mas também ao retratá-las não como sujeitos ativos e determinados nos processos migratórios, mas como coadjuvantes na posição de membros de família, atribuindo um sentido estereotipado às suas experiências. “Desse modo, investigações capturadas pelo discurso patriarcal deixam de dar voz às percepções das mulheres imigrantes em relação ao seu mundo, negligenciando o fato da imigração ser vivenciada de forma diferenciada por homens e mulheres” (Rodrigues, Strey & Spinosa, 2009, p. 422). Segundo Lisboa (2007) muitas vezes as mulheres migram justamente para fugir de uma relação violenta ou de uma estrutura social patriarcal que se impõe sobre elas, perpetuando a relação de dominação/submissão entre os sexos masculino e feminino. Por isso, é importante considerar que os fatores que originam e estimulam a migração de homens e mulheres são diferentes.

É certo que os estudos atualmente têm focado com novos olhares a participação das mulheres nos fluxos migratórios. Enfocam, no contexto das migrações, as formas de participação da mulher no mercado de trabalho, a vida familiar, as alterações nas relações de gênero, além de focar a sua participação no processo de mobilização e articulação das redes migratórias, sobretudo das redes de parentesco.

Miranda (2010) atesta que as teorias migratórias mais recentes têm dado espaço para a inclusão da discussão de gênero, abordando, com alguma frequência, a participação das mulheres nos fluxos migratórios. Contudo, apesar destes esforços e avanços, muitas outras questões sobre as migrações das mulheres continuam sem resposta, pois ainda não são problemas de pesquisas dessa nova perspectiva teórica. Além disso, a maior parte das análises se refere a estudos sobre a mulher em fluxos migratórios internacionais, pouco dedicando à participação das mulheres nos fluxos migratórios internos de um país. Nesse sentido, cabe perguntar: há pesquisas que retratam a mulher brasileira nos fluxos migratórios internos? Se há, de que forma elas são retratadas? De antemão, o que podemos dizer é que são poucos os estudos sobre a participação das mulheres nos processos migratórios internos. Mas entre estes, há excelentes trabalhos. Um desses trabalhos é o das pesquisadoras Silva, Melo e Appolinário, intitulado “Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas”. Nesse estudo, as autoras, sob as óticas de gênero e geração, analisam as configurações sociais e laborais, resultantes do processo migratório dos camponeses do estado do Maranhão para o trabalho nas lavouras canavieiras no estado de São Paulo, sobretudo na região de Ribeirão Preto, e destaca a forte presença de mulheres participantes nos processos migratórios. Em outro artigo, intitulado “A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas à proletárias”, Silva (1988), lança um olhar para a mulher camponesa que vivencia o processo de proletarianização em virtude da migração e afirmam que, com a efetivação da migração, o estilo de vida centrado no campo dessas mulheres acaba provocando mudanças na organização do trabalho, na esfera doméstica e na organização familiar. Por sua vez, também há o trabalho de Maria Inácio D’Ávila Neto e Juliana Nazareth, intitulado “Redes Sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas”, de 2009, no qual as autoras analisam a participação das mulheres nordestinas nos processos migratórios internos, revelando o aumento do número de migrantes. Constata-se uma mulher independente e ativa no processo migratório, que coloca em prática seu projeto migratório a partir de uma decisão pessoal, ainda que baseada em outros fatores, como as redes migratórias.

Também têm grande importância nos projetos migratórios femininos as redes familiares e de conhecidos ou as redes comunitárias. Muitas mulheres ficam bastante vulneráveis e penalizadas no local de destino em virtude de vários aspectos, tais como trabalhos mal remunerados, altas jornadas de trabalho, ausência de instituições, como escola, posto médico, creche, etc., que lhes deem assistência. Com isso, torna-se necessária a formação ou incremento das redes sociais, constituídas por parentes, conhecidos ou pela própria comunidade. São essas redes que vão ajudá-las com o cuidado do filho, com a locomoção até o posto médico, farmácia, etc., bem como no acesso a determinados auxílios.

3 Resultados da pesquisa

Este estudo levou em consideração a importância da família e do status que a mulher migrante pobre tem em seu interior, para analisar a dinâmica da migração. Desse modo, nós partimos do pressuposto de que é na família que é possível internalizar as relações de gênero, construir identidades e reproduzir desigualdades sociais e relações de poder entre homens e mulheres. Entendemos que é a partir de sua posição na comunidade familiar que a mulher projeta e desempenha determinados papéis sociais no âmbito da sociedade em geral e, especificamente, nos processos migratórios. Mas, os resultados da pesquisa também nos levaram a compreender que fatores externos, como a origem geográfica, bem como a origem socioeconômica e cultural das famílias são importantes para a

compreensão e diferenciação das trajetórias de vidas e dos papéis sociais entre mulheres migrantes paranaenses e nordestinas. Por isso, compreendemos que, se as famílias e os arranjos familiares influenciam diretamente nas trajetórias de vida e nos papéis sociais, eles também podem ser influenciados por fatores externos, resultando numa diferenciação de papéis entre um mesmo modelo de organização familiar, mas com origens diferentes. Ou seja, famílias estruturadas sob um mesmo modelo organizacional, como o conjugal nuclear, por exemplo, mas com origens diferentes, em razão de condição geográfica, climáticas, social, como as famílias de paranaenses e as de nordestinos, podem atribuir papéis diferentes para os seus atores no âmbito da sociedade e no processo migratório.

Quando nos referimos e comparamos a condição das mulheres migrantes pesquisadas provenientes de famílias pobres, baseadas no modelo conjugal nuclear e na família reconstituída, caracterizadas, sobretudo pela autoridade e dominância masculina sobre a figura feminina e sobre os filhos, há uma tendência de diferenciação de desempenho de papéis sociais no âmbito da sociedade e dos processos migratórios entre mulheres paranaenses e nordestinas, em virtude de fatores externos que influenciam na dinâmica familiar e, conseqüentemente, no desempenho desses papéis.

Percebemos que nestes contextos familiares, as mulheres migrantes paranaenses, que geralmente tiveram e ainda têm uma condição socioeconômica melhor e mais estável do que as mulheres migrantes nordestinas, bem como as que provieram de terras não tão castigadas pelos efeitos climáticos, como a seca, tendem a assumir papéis ligados ao circuito doméstico, reproduzindo, de certa forma, a desigualdade de gênero no que se refere ao trabalho e à diferenciação entre papéis femininos e masculinos, bem como reproduzindo as relações de poder entre homens e mulheres. Na sociedade de origem, antes de migrar, muitas dessas mulheres vivia no campo, eram esposas e possuíam filhos, todos vivendo sob a autoridade do chefe da família. Em geral, ficavam circunscritas a casa, executando papéis considerados femininos, como cuidar dos filhos e realizar as atividades domésticas, enquanto seus maridos exerciam o papel principal de provedor, trabalhando fora de casa. O modelo de família no qual estavam inseridas (Conjugal Nuclear ou Reconstituída), fundado em um núcleo patriarcal, bem como o fenômeno da maternidade, associados a uma vida simples vivida geralmente no campo e numa sociedade com costumes rígidos e tradicionais, formavam um cenário propício ao desenvolvimento de uma divisão sexual do trabalho e à diferenciação entre papéis masculinos e femininos.

Já no que diz respeito a sua participação no processo migratório, a maioria delas migrou para acompanhar os seus maridos, tendo pouca participação na decisão final de migrar. Geralmente, foi o marido que tomou a decisão de colocar em prática o projeto migratório após contatos e troca de informações com parentes ou amigos que outrora migraram para a mesma localidade. Neste sentido, coube à mulher migrante paranaense acompanhá-lo na migração. Quando chegaram a São Carlos e passaram a residir no bairro Cidade Aracy, em geral, elas acabaram assumindo o papel de dona de casa e, quando assumiram um trabalho remunerado, geralmente foi o de empregada doméstica, faxineira ou babá, embora também encontremos mulheres que trabalham em fábricas ou outros setores de trabalho. Porém, estas são minoria. Entre as migrantes paranaenses que vivem em São Carlos e não trabalham fora do ambiente doméstico, parece haver o consenso de que é natural mulheres que são casadas com maridos que recebem um salário relativamente bom, capaz de suprir as necessidades básicas da família, e que têm filhos, não há a necessidade delas trabalharem fora, na esfera pública. Cabem a elas, nestes contextos, ficarem em casa, cuidando das atividades domésticas e dos filhos.

Contudo, o confinamento da mulher na esfera doméstica na sociedade de destino se revelou muito severo para aquelas que migraram diretamente do campo para a cidade. Muitas mulheres levavam uma vida camponesa em suas terras de origem e, mesmo ficando bastante circunscritas ao ambiente doméstico, também trabalhavam a terra, plantavam e colhiam e, embora estas atividades não fossem consideradas por elas um trabalho (por não gerar renda), constituíam uma espécie de “válvula de escape” que as libertavam momentaneamente da esfera doméstica. Mas, a migração para a cidade promoveu novas configurações sociais e restringiu ainda mais o desempenho de seus papéis sociais ao

cuidado com a casa e com os filhos, as tornando apenas donas de casa, promovendo, assim, conforme afirmou Silva, Melo e Apollinário (1988), a perda da condição camponesa dessas mulheres.

Por outro lado, quando olhamos para as famílias migrantes nordestinas, percebemos que a origem, a condição climática e a condição socioeconômica podem ter influenciado no desempenho dos papéis sociais pelas mulheres, modificando certas dinâmicas familiares em suas terras de origem. Temos que as nordestinas provenientes de famílias baseadas no modelo conjugal nuclear, em razão de diversos fatores externos, em geral trabalhavam arduamente em suas terras natais, saindo dos limites da esfera doméstica. Por isso, havia uma tendência delas possuírem uma vida mais dinâmica, produtiva e ativa na sociedade, visando contribuir para com a renda familiar. Por sua vez, isso gerava relações de gêneros menos conflituosas e, conseqüentemente, a diminuição da divisão sexual do trabalho. Percebemos nas entrevistas que a condição econômica ruim da família, imposta pela falta de emprego, pela seca, pela baixa escolaridade e pouca qualificação profissional dos integrantes das famílias, propiciava uma situação em que a mulher tinha que, necessariamente, sair dos limites do âmbito doméstico e trabalhar em outras esferas, seja no campo, seja na cidade em setores do comércio, serviços ou indústria.

No que diz respeito à decisão de migrar, as mulheres migrantes nordestinas também tendem a ser mais dinâmicas e ativas do que as paranaenses, muitas vezes tomando decisões sozinhas ou em conjunto com o marido ou companheiro sobre a efetivação do projeto migratório. É claro que quando analisamos as entrevistas das mulheres nordestinas, há um emaranhado de tramas que influenciaram no processo decisório de migrar. Desse modo, também encontramos mulheres que efetivaram o projeto migratório, a partir da tomada de decisão do marido ou companheiro, assim como ficou constatado entre as paranaenses. Contudo, há uma tendência muito forte delas participarem intensamente do processo de decisão da migração, algo não encontrado entre as mulheres paranaenses casadas ou amasiadas. Em virtude de sua vida sofrida em suas terras de origens, de sua situação de pobreza, fruto da escassez de trabalho e da falta de qualificação, da terra prejudicada pela seca, etc., bem como da necessidade de ficarem próximas dos filhos que migraram outrora, elas se empenharam ativamente no projeto migratório, tomando as decisões de migrar em conjunto com o marido ou, algumas vezes, sozinhas.

Quando chegam à sociedade de destino, os papéis sociais desempenhados pelas mulheres migrantes nordestinas provenientes de famílias conjugais nucleares, também se diferenciam das mulheres migrantes paranaenses. Percebemos que a condição de camponesa que possuíam em suas terras de origem também se acabou com a migração para a cidade, promovendo novas configurações sociais. Mas, as relações que essas mulheres estabelecem na sociedade de destino tendem a ser mais complexas, envolvendo um emaranhado de tramas, o que as levam a desempenhar diferentes papéis sociais: ora representam o papel de trabalhadoras ativas e dinâmicas nos diferentes setores; ora representam o papel de donas de casa; ora atuam como ex-trabalhadoras, vivendo de aposentadoria; ora desempenham o papel de desempregadas, que procuram emprego e vivem apenas com auxílios do governo, ora não estão trabalhando em decorrência de doenças e lutam para poderem se aposentar por invalidez. Esse complexo e emaranhado de tramas e de papéis sociais desempenhados pelas nordestinas revela uma atuação mais dinâmica e ativa na sociedade de destino pelas nordestinas, quando comparadas às paranaenses.

Por sua vez, ao analisar e comparar a família baseada no arranjo monoparental feminino, percebemos que os fatores externos, como a origem, os fatores climáticos, a situação socioeconômica, dentre outros, continuam influenciando, mas deixam de ser elementos decisivos para a diferenciação de desempenho de papéis sociais entre mulheres migrantes paranaenses e nordestinas. A grande questão aqui é que ambas as mulheres, solteiras, divorciadas ou viúvas, boa parte delas mães, embora de origem diferente, assumiram a posição de “chefe de família” e principal provedora da casa, passando a viver num contexto familiar não mais calcado numa relação desigual de gênero. Isso possibilitou uma

atuação mais dinâmica e ativa na sociedade de origem e ao longo do processo migratório. Sendo as principais provedoras da família, elas necessitaram efetivar trabalhos remunerados, fora de casa, para poderem se sustentar e sustentar os filhos. Esses trabalhos remunerados não se limitavam às atividades de empregadas domésticas, babá ou faxineiras, sendo exercidos no âmbito público, a partir da execução de funções em fábricas ou, arduamente, na agricultura. Nesses casos, o trabalho remunerado dessas mulheres não era visto como ajuda ou apenas como um “bico”, mas como o meio principal de poder prover a sua família e a seus filhos. E, nesse sentido, elas se livraram das amarras do espaço doméstico, executando atividades em outros espaços que normalmente são compreendidos como sendo redutos masculinos. Para as paranaenses, há uma mudança radical no desempenho dos papéis sociais, quando comparadas àquelas provenientes de famílias baseadas no arranjo conjugal nuclear ou reconstituídas: se nestes modelos, as paranaenses estavam mais restritas ao espaço doméstico, no arranjo monoparental feminino, elas tornaram-se mais ativas e dinâmicas no desempenho dos papéis sociais.

Desse modo, as mulheres migrantes paranaenses e nordestinas acabaram assumindo sozinhas a responsabilidade de prover a família, trabalhando na esfera pública, embora isso não as livrou da responsabilidade de realizar as atividades domésticas de seu lar. Na verdade, houve uma sobrecarga de trabalho, visto que elas, além de trabalharem fora, tinham que realizar as atividades do lar, depois que chegavam do trabalho. Nesse aspecto, há uma semelhança com as mulheres casadas, que trabalhavam fora. Ambas, mesmo exercendo trabalhos remunerados fora de casa, ainda eram obrigadas a realizar o serviço de casa e cuidar dos filhos.

Neste contexto de família, tanto as mulheres paranaenses, quanto as mulheres nordestinas, tomam sozinhas a decisão de emigrar, demonstrando sua pró-atividade no processo migratório. Contudo, percebemos que há uma diferenciação entre elas: enquanto as paranaenses decidiram migrar em virtude da saudade que elas sentiam de seus parentes, sobretudo, da mãe e dos irmãos, que outrora migraram para São Carlos e, também, visando conseguir tranquilidade e sossego, as mulheres nordestinas decidiram migrar em razão, sobretudo, da necessidade de procurar um emprego, de melhorar a condição de vida e de ter acesso aos bens e serviços e benefícios públicos. Não tomaram a decisão de migrar apenas para ficarem próximas de familiares, mas, principalmente, por uma questão de sobrevivência. Desse modo, muitas vezes, por incentivo e intermédio de uma forte rede de parentesco, colocaram em prática o projeto migratório e se instalaram em casas de parentes no local de destino.

Finalmente, quando chegam à nova localidade, paranaenses e nordestinas provenientes da família monoparental feminino também tendem a ter uma vida ativa e dinâmica, em razão da necessidade de trabalhar para poder prover integralmente a família. E, assim, trabalham nos mais diversos setores da economia, seja no corte de cana-de-açúcar, na colheita da laranja, seja, inclusive, no setor do trabalho doméstico. Quando não conseguem empregos, em razão de sua situação de pobreza, necessitam da ajuda de vizinhos e de auxílios proporcionados pelos programas assistenciais dos governos municipal, estadual e federal.

4 Considerações finais

Concluimos que as mulheres migrantes em questão, de acordo com o contexto sociocultural e familiar, desempenham papéis sociais diferentes. A família e os arranjos familiares influenciam decisivamente no desempenho dos papéis sociais. Mas, outros fatores, como a origem, a cultura regional, a condição climática, a condição socioeconômica, dentre outros, podem contribuir e influenciar intensamente nessas representações.

Referências

- Arruda, M.A.N. (2000). Prismas da memória: emigração e desenraizamento. *Cadernos Ceru*, série 2(11), p. 29-40.
- Assis, G.O. (2000). Rupturas e permanências: a emigração de brasileiros para os EUA e as transformações nas relações familiares e de gênero. In *Encontro Nacional Da Anpocs*, v. 25 Gt Família E Sociedade.
- Bilac, E.D. (1995). Gênero, família e migrações internacionais. In Patarra, N. L. (Ed.) *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. p. 65-77, São Paulo, SP: FNUAP.
- Lisboa, T.K. (2007) Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista Estudos feministas*, 15(3), p. 805-821.
- Minayo, M.C.S. (1995). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro, RJ: Hucitec – Abrasco, 1999.
- Miranda, J. (2010). Gênero e migração: mulheres imigrantes em Portugal. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Ninho, Portugal.
- Neto, M.I.D'Á, (2009). Nazareth, J. *Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas*. [s. l], 2009.
- Rodrigues, R.A., Strey, M.N., Espinosa, L.C..(2009). Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. *Psicologia & Sociedade*; 21(3), p. 421-430.
- Sertório, L.B., Santos, M.O. (2010). Relações entre trabalho, educação, gênero e migração. In *Anais Seminário do Trabalho: trabalho, educação e sociabilidade*. Marília, SP.
- Silva, M.A.M..(1988). A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo, SP: de camponesas à proletárias. *Revista Travessia*, 1.
- Silva, M.A.M., Melo, B.M., Appolinário, A.P.(2010). Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas. In Scott, P., Cordeiro, R.; Menezes, M. A.. (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. (pp. 37-62), Florianópolis, SC: Editora das Mulheres.
- Tossin, L.F., Santín, L. (2007). Projeto migratório feminino: motivações e sofrimentos entre sonhos e realidade. *Imaginário-USP*, 13(14), p. 417-438.